



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
TRIBUNAL DE CONTAS

JLR

**TCE**

212.698-6/14



Nº Orig

Of 038/14

Dt Of 09/06/2014

Origem PREFEITURA QUEIMADOS

Natureza TERMO ADITIVO OBRAS SERVIÇOS ENGENHARIA

Int. Princ RGI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA

Obs.8º TERMO ADITIVO DE 01/04/14 AO CONTRATO DE OBRAS Nº  
13/10 (TCE/RJ 218.510-2/10) - PROC ADM Nº 7729.2013.04  
PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Impressa por 02/001939 Volume 1 de 1 Cadastrado em 16/06/2014

Nome: .....

Espécie: .....

Assunto: .....

.....

.....

.....

.....

C454

26/06

4a com

09 de junho de 2014.

Ofício nº: 38/2014

Assunto: Remessa de ato bilateral

Instrumento nº: 48/14

8º Termo Aditivo

Modalidade: CP 02.09

Ao Contrato nº: 13/10

Celebrado em:

26/02/2010

Partes: Município de Queimados - RGI Empreendimentos Ltda

Objeto: Prorrogação do prazo para conclusão das obras de construção do Paço Municipal de Queimados

Processo Administrativo nº: 0951.2014.04

Senhor Presidente,

Tendo em vista o disposto na Deliberação 245/07, serve o presente para encaminharmos o TERMO ADITIVO e documentos referidos no artigo 4º, inciso X e 5º, inciso IV, "a", da citada Deliberação, conforme tabela abaixo, sujeitos à apreciação deste E. Tribunal referente a abril de 2014, informando que os mesmos encontram-se devidamente publicados e com seus respectivos documentos acostados.


Documentos Anexados	Localização: Volume/Fls.
1. fundamentação legal e justificativa.	Doc. 01
2. comprovação do exame prévio e aprovação da assessoria jurídica do órgão.	Doc. 02
3. comprovação de sua publicação.	Doc. 03
4. documentos para análise da economicidade previstos no art. 5º.	Doc. 04
1. planilha de modificação de itens contendo itens (a acrescentar, excluir e itens novos), composições analíticas de formação de preços unitários (expondo as descrições, quantificações e preços dos insumos) e justificativa dos preços (mediante a relação ou pesquisa dos preços de mercado e respectiva metodologia de pesquisa e/ou referência a sistema de custos utilizado).	
5. nota de empenho.	Não há

Aproveitamos o ensejo para renovarmos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

  
Coordenadoria de Execução Contratual

  
Carlos Eduardo Afonso de Lima  
Procurador Geral do Município

  
Ex. Sr. Presidente do E. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro  
Data: 11/06/2014 Ass.

CE/RJ

PROCESSO Nº

Ao

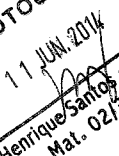
212.698-6/14

Exmo. Sr. Presidente

LUBRICA: 02/1796 FLS.2

le Janeiro

  
TRIBUNAL DE CONTAS DO  
PROTOCOLO Nº  
11 JUN 2014

  
Henrique Santos da Silva  
Mat. 02/3652



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

212.698-6/14

RUBRICA: 02/1795 FLS.3

**OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº  
13/10, CELEBRADO EM 26 DE FEVEREIRO DE  
2010, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE  
QUEIMADOS E A EMPRESA RGI  
EMPREENHIMENTOS LTDA.**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2009**

Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e quatorze, na cidade de Queimados – RJ, celebram o presente termo, de um lado o **MUNICÍPIO DE QUEIMADOS**, entidade de direito público, criado pela Lei nº 1.773, de 21.12.90, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº 39.485.412/0001-02, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. **MAX RODRIGUES LEMOS**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 92.499, inscrito no CPF/MF sob o nº 750.616.007-20, e como Gestor do contrato o Secretário Municipal de Obras, Sr. **ELERSON LEANDRO ALVES**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº. 096296520, expedida pelo IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 026.661.357-60, residentes e domiciliados nesta Cidade, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, de outro lado, a empresa **RGI EMPREENHIMENTOS LTDA**, estabelecida na Estrada Profirio Ernesto de Mendonça, nº 79, Rio Vermelho – Rio Bonito RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.093.429/0001-33, neste ato representada por **RAUL BARGATTINI**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 02924286-4 expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 263.277.917-00, residente e domiciliado a Rua Amoroso Lima, 100 apto 1,204 – Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ, **IRAGUARA DA SILVA PEREIRA FILHO**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 04919451-7 expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 605.839.677-87, residente e domiciliado a Rua Salomão Filho, 577, bl. 1, apto 405 – Bento Ribeiro, Rio de Janeiro/RJ e **AMILCAR FERREIRA BAGATTINI**, brasileiro, solteiro, Administrador de Empresas, portador da cédula de identidade nº 11719336-7 expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 077.779.377-66, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista a autorização exarada no processo administrativo nº. **0951.2014.04**, e ainda o disposto na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações trazidas pela Lei nº. 8.883, de 08 de junho de 1994, atendidas às cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O presente TERMO ADITIVO tem como objeto a prorrogação do prazo para conclusão das obras de construção do Paço Municipal de Queimados, conforme o edital e seus anexos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO**

O prazo inicialmente estipulado para execução dos serviços foi de 300 (trezentos) dias, iniciando em 08 de março de 2010, tendo seu termo

final em 08 de janeiro de 2011. Pelo Primeiro Termo Aditivo foi rerratificado, tendo em vista as alterações do projeto original. Pelo Segundo Termo Aditivo foi prorrogado por mais 300 (trezentos) dias, com início em 09 de janeiro de 2011, tendo o seu termo final em 05 de novembro de 2011. Pelo Terceiro Termo Aditivo prorrogado por mais 10 (dez) meses, com início a contar de 06 de novembro de 2011 e término em 05 de setembro de 2012. Pelo Quarto Termo Aditivo foi rerratificado tendo em vista os acréscimos dos serviços. Pelo Quinto Termo Aditivo foi prorrogado por mais 10 (dez) meses, a contar de 06 de setembro de 2012 e término em 05 de julho de 2013. Pelo Sexto Termo Aditivo foi prorrogado por mais 240 (duzentos e quarenta) dias, com início a contar de 06 de julho de 2013 e término em 02 de março de 2014. Pelo Sétimo Termo Aditivo os serviços foram rerratificados com acréscimos. Pelo presente instrumento fica prorrogado por mais 120 dias, a contar de 03 de março de 2014 e término em 30 de junho de 2014.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO**

O presente TERMO ADITIVO mantém e ratifica todas as demais cláusulas do contrato inicial, autorizado pelo processo nº 03.1929.09, bem como os Termos Aditivos autorizados pelos processos administrativos nº 04.0142.10, 04.0184.10, 6859.2011.04 e 3817.2012.04, 5124.2013.04 e 7729.2013.04.

### **CLÁUSULA QUARTA – AMPARO LEGAL**

O presente TERMO ADITIVO de prorrogação contratual, tem amparo legal no artigo 57, §1º, inciso I c/c art. 8º e art. 26, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

### **CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

Obriga-se o CONTRATANTE a promover a publicação do extrato do presente instrumento no órgão de imprensa que edita as publicações e seus atos oficiais.

### **CLÁUSULA SEXTA - REMESSA AO T.C.E**

Obrigar-se-á o CONTRATANTE a providenciar a remessa de cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – T.C.E., no prazo de legal, após sua regular publicação, se for o caso.

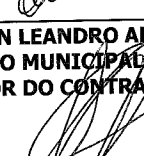
CE/RJ PROCESSO Nº  
212.698-6/14  
JURICA: 02/1795 FLS.4

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente TERMO ADITIVO em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, para que produza os seus efeitos legais.

Queimados, 01 de abril de 2014.

CONTRATANTE:

  
**MAX RODRIGUES LEMOS**  
PREFEITO

  
**ELERSON LEANDRO ALVES**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS  
GESTOR DO CONTRATO

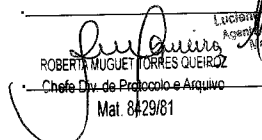
CONTRATADA:

  
**RAUL BARGATTINI**  
RGI EMPREENDIMENTOS LTDA

  
**IRAGUARA DA SILVA PEREIRA FILHO**  
RGI EMPREENDIMENTOS LTDA

  
**AMILCAR FERREIRA BARGATTINI**  
RGI EMPREENDIMENTOS LTDA

TESTEMUNHAS:

  
Luciana Sales da Silva  
Agente Administrativo  
Mat. 3168-2  
ROBERTA MUGUET TORRES QUEIROZ  
Chefe Div. de Protocolo e Arquivo  
Mat. 8429/81

15. OFÍCIO DE NOTAS E ENCAMINHAMENTO DE RECURSOS - TABELA  
Rua do Ouvidor, 89 - Centro - (24) 3233-3300 RJ, 28 de Abril de 2014  
RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA (Art. 1º, inciso II, da Lei nº 11.140/2002)  
RUBRICA: 02/11/198 ELS-5  
MAT. 8429-81 - GELSON CASTILHO DA SILVA  
Em testemunha do  
EAEW80025-NPL @EAEW80025-DNM Consulte em <https://www3.trfjus.br/stepedit>



TCB/RJ PROCESSO Nº  
212.698-6/14  
RUBRICA: 02/11/198 ELS-5



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

QUEIMADOS

**PREFEITURA**

PROCURADORIA

Termo de Contrato n.º 13  
extraído do Livro de Reg  
do Contrato n.º 0110, de  
Fls. 46 a 52

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE QUEIMADOS E A  
EMPRESA RGI EMPREENDIMENTOS LTDA.  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2009.**

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e dez, na cidade de Queimados - RJ, celebram o presente CONTRATO, de um lado o **MUNICÍPIO DE QUEIMADOS**, entidade de direito público, criado pela Lei nº 1.773, de 21.12.90, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº 39.485.412/0001-02, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. **MAX RODRIGUES LEMOS**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 92.944, inscrito no CPF/MF sob o nº 750.616.007-20, e como Gestora do Contrato a Secretária Municipal de Habitação e Obras, Sra. **CLEIDE DE OLIVEIRA MOREIRA**, brasileira, solteira, Engenharia Civil, portadora da cédula de identidade nº 1998.102015, expedida pelo CREA/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 004.141.817-43, residentes e domiciliados nesta Cidade, de agora em diante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **RGI EMPREENDIMENTOS LTDA**, estabelecida na Estrada Profirio Ernesto de Mendonça, nº 79, Rio Vermelho - Rio Bonito RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.093.429/0001-33, neste ato representada por **RAUL BARGATTINI**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 02924286-4 expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 263.277.917-00, residente e domiciliado a Rua Amoroso Lima, 100 apto 1,204 - Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ, **IRAGUARA DA SILVA PEREIRA FILHO**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 04919451-7 expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 605.839.677-87, residente e domiciliado a Rua Salomão Filho, 577, bl. 1, apto 405 - Bento Ribeiro, Rio de Janeiro/RJ e **ALMICAR FERREIRA BAGATTINI**, brasileiro, solteiro, Administrador de Empresas, portador da cédula de identidade nº 11719336-7 expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 077.779.377-66, residente e domiciliado a Rua K, casa 2, Santa Cruz da Serra - Duque de Caxias, Rio de Janeiro/RJ, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista a autorização exarada no processo administrativo nº 03/1929/09, Concorrência Pública Nº 02/2009, e ainda o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações trazidas pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, atendidas às cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa para Construção do Paço Municipal, localizado no Bairro Camorim em Queimados, conforme especificações contidas no projeto básico, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e memórias de cálculo, parte integrante do edital de Concorrência Pública nº 02/2009.

**CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO:**

empreitada por preço unitário.

A obra será executada indiretamente pelo regime de

CE/RJ

PROCESSO Nº

212.698-6/14

UBRICA: 02/1795 FLS.6



**CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO:**

Os seguintes documentos fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição:

- a) proposta da contratada;
- b) planilha orçamentária;
- c) cronograma físico-financeiro;
- d) plantas;
- e) memoriais descritivos;
- f) edital de Concorrência Pública 02/2009 e seus anexos.

TCE/RJ

PROCESSO Nº

212.698-6/14

RUBRICA: 02/1795 FLS.7

**CLÁUSULA QUARTA – PRAZO:**

O prazo máximo para conclusão das obras será de 300 (trezentos) dias, contados a partir do recebimento pela CONTRATADA da respectiva ordem de serviços.

**Parágrafo Primeiro** – Entender-se-á por conclusão da obra sua realização total no referido prazo e após os 90 (noventa) dias referente ao período de conservação para entrega pela CONTRATADA dos locais livres e desimpedidos, em condições de serem utilizados.

**Parágrafo Segundo** – Quaisquer modificações no projeto aprovado que acarretem serviços extraordinários ou que decresçam valores de remuneração ao contrato inicial deverão ser contemplados em termo aditivo específico.

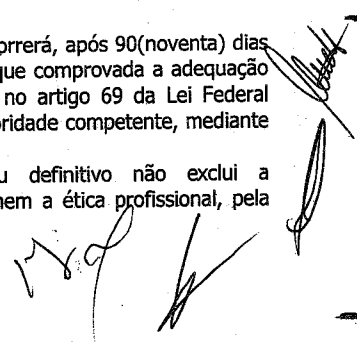
**Parágrafo Terceiro** – O prazo de execução da obra só poderá ser prorrogado mediante solicitação à Sra. Secretária Municipal de Habitação e Obras, no prazo máximo de 10 (dez) dias antes do término do contrato, comprovada a justa causa do pedido e observado o disposto no ato licitatório.

**Parágrafo Quarto** – No caso de recebimento provisório da obra, as obrigações contratuais perdurarão até a sua aceitação definitiva.

**Parágrafo Quinto** – O recebimento provisório do objeto ocorrerá mediante apresentação de termo circunstanciado assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA.

**Parágrafo Sexto** – O recebimento definitivo do objeto ocorrerá, após 90 (noventa) dias da data da comunicação escrita da CONTRATADA, desde que comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no artigo 69 da Lei Federal nº 8.666/93, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes.

**Parágrafo Sétimo** – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ética profissional, pela perfeita execução do contrato.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

QUEIMADOS

**PREFEITURA**

CE/RJ

PROCESSO Nº

212.698-6/14

LUBRICA: 02/1795 FLS.8

**CLÁUSULA QUINTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

Este contrato rege-se por toda legislação aplicável à espécie, que desde já entende-se como integrante do presente termo, especialmente o que estabelece a Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883, de 08.06.94, a Lei nº 9.648, de 27.05.98, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.88 em seu artigo 37, XXI, bem como, por todas as disposições legais que vierem complementar, alterar ou regular, os acima referenciados diplomas legais.

Para os casos omissos ou dúvidas na interpretação do presente instrumento, aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93, e na hipótese de omissão por parte desta lei, é de se resolver a omissão pela aplicação supletiva dos princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado contidos nos artigos 481 e seguintes do Código Civil.

**CLÁUSULA SEXTA – PREÇO:**

Dá-se a este contrato o valor global de R\$ 7.174.826,56 (sete milhões, cento e setenta e quatro mil, oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos) para a execução da obra prevista na Cláusula Primeira e para a totalidade do prazo contidas na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas decorrentes da realização da obra prevista na Cláusula Primeira correrão à conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

PROGRAMA DE TRABALHO:	0401.10.122.022.1216.10;
ELEMENTO DE DESPESA:	449051.00.00;
EMPENHO Nº	04/2010, no valor de R\$ 181.719,95 (cento e oitenta e um mil, setecentos e dezenove reais e noventa e cinco centavos).

**Parágrafo Primeiro:** Os recursos relativos ao período subsequente serão empenhados de acordo com as diretrizes da Lei Complementar nº 101/00.

**Parágrafo segundo:** A complementação do empenho será feita na forma determinada no plano de trabalho, firmado no Convênio nº 19/2009 com o Estado do Rio de Janeiro.

**CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO:**

Cabe ao CONTRATANTE, através da Secretaria Municipal de Habitação e Obras ou através de empresa especialmente contratada para o gerenciamento e fiscalização, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução da obra contratada, incumbindo-lhe a prática de todos os atos próprios ao exercício deste mister, definidos na legislação pertinente, no edital de

*[Handwritten signatures and initials]*





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

QUE TCE/RJ  
P  
PROC

PROCESSO Nº  
212.698-6/14  
RUBRICA: 02/1795 FLS.9

licitação e nas especificações da obra, inclusive quanto à aplicação de penalidades previstas neste contrato e na legislação em vigor.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA declara antecipadamente aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades, desde que previstos no edital.

**Parágrafo Segundo** – É outorgada à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissivo, não previsto neste contrato, no edital, nas especificações, nos projetos e em tudo o mais que de qualquer forma se relacione direta ou indiretamente com a obra objeto do presente contrato.

**Parágrafo Terceiro** – A existência e atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade da CONTRATADA no que concerne a obra, a sua execução e as consequências e implicações próximas ou remotas, perante ao CONTRATANTE ou terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do objeto do contrato não implica em co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

**Parágrafo Quarto** – O CONTRATANTE terá direito de exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que não mereça sua confiança ou embarace a fiscalização, ou ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas, após advertência por escrito.

**Parágrafo Quinto** – No caso de recusa ou demora no atendimento de qualquer reclamação do CONTRATANTE, poderá esta confiar a outrem a execução da obra reclamada e não executada, descontando o seu custo de uma só vez no primeiro pagamento mensal a ser feito a CONTRATADA.

#### CLÁUSULA NONA – RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

Além daquelas responsabilidades previstas no edital obriga-se a CONTRATADA tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros em consequência da execução dos trabalhos, inclusive as que possam afetar os serviços a cargo de concessionárias, sendo de sua exclusiva responsabilidade a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, desde que comprovada a sua culpa.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA será única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução da obra objeto deste contrato, respondendo por si ou por seus sucessores.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA será também responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária e previdenciária, bem como por todas as despesas da execução de eventuais trabalhos em

18 7



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CE/RJ

PROCESSO Nº

212.698-6/14

SUBSCRIÇÃO: 02/1795 FLS.10

horários extraordinários (diurnos e noturnos), inclusive iluminação, despesas com equipamentos necessários a execução dos serviços contratados, em suma, por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessários à completa realização da obra, até a sua entrega, perfeitamente concluída. Para efeito de formação de preços estipulados neste contrato, os serviços foram considerados como execução de obra pública e, como tal, enquadrados na incidência tributária de ISS.

**Parágrafo Terceiro** – A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pela guarda, defesa e vigilância dos canteiros das obras, dos materiais, máquinas e equipamentos a serem instalados e empregados no local das obras até 10 (dez) dias após o pedido de aceitação provisória devidamente formalizado e desde que no referido prazo não haja contestações da fiscalização.

**Parágrafo Quarto** – A CONTRATADA deverá planejar, programar, gerenciar e executar a obra, sendo responsável pela qualidade das mesmas executadas e dos materiais ali empregados, em conformidade com as especificações do projeto, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela Secretaria competente. A ocorrência da desconformidade implicará no refazimento do serviço e na substituição dos materiais recusados, sem ônus para o CONTRATANTE e sem prejuízo das sanções cabíveis.

**Parágrafo Quinto** – A CONTRATADA deverá acatar todas as instruções da fiscalização do CONTRATANTE, cumprindo todas as exigências, especialmente aquelas relativas a prazos de execução, conclusão e entrega do fornecimento de responsabilidade da CONTRATADA.

**Parágrafo Sexto** – Os custos decorrentes do fornecimento de água, telefonia, energia, etc., não serão reembolsados pelo CONTRATANTE.

**Parágrafo Sétimo** – A CONTRATADA deverá fornecer veículos, toda vez que for solicitado, visando agilizar os serviços de fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA – RESPONSABILIDADE TÉCNICA:**

A obra objeto do presente contrato será executada sob a direção e responsabilidade técnica do Sr. Otávio Salvatore Nicola Carnevalli, inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA sob o nº 861014880/D.

**Parágrafo único** – O profissional responsável pela execução da obra deverá apresentar atestado de responsabilidade técnica por execução de obra, características semelhantes ao objeto deste Contrato. A comprovação da capacidade técnica será feita através de certidão ou atestado averbado pelo CREA, demonstrando sua aptidão por já haver executado atividade pertinente com características semelhantes, limitadas estas, exclusivamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto deste contrato.

138

*[Handwritten signatures]*



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

TCE/RJ

PROCESSO Nº

212.698-6/14

RUBRICA: 02/1795 FLS.11

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

Obriga-se o CONTRATANTE a efetuar os pagamentos de conformidade com os preços e prazos ajustados neste instrumento contratual, descontadas as multas, se houver, prevalecendo o valor medido pela fiscalização, não podendo o mesmo ser superior ao valor proposto no cronograma físico-financeiro, bem como, prestar todos os esclarecimentos necessários à CONTRATADA, de modo a agilizar ao máximo a execução do objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – MEDIÇÃO E FATURAMENTO:**

Mensalmente, a partir do último dia útil do mês da realização dos serviços, a CONTRATADA efetuará em conjunto com a fiscalização a medição dos serviços, devendo então apresentar para aprovação o boletim de medição conforme modelo a ser apresentado pelo CONTRATANTE.

**Parágrafo Primeiro** – As medições estarão relacionadas ao Cronograma Físico-Financeiro proposto pela CONTRATADA. A aprovação da medição dos serviços antecipados ou extras estará condicionado à prévia autorização do CONTRATANTE. Para tanto, a CONTRATADA deverá informar a fiscalização até o dia 15 (quinze) de cada mês a programação destes serviços.

**Parágrafo Segundo** – A última medição não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do valor global do contrato.

**Parágrafo Terceiro** – Não serão considerados nas medições, quaisquer serviços executados, mas não discriminados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, ou em suas eventuais alterações no curso do contrato.

**Parágrafo Quarto** – Qualquer serviço constante da planilha acima referida, poderá ser cancelado ou substituído, totalmente ou em parte, por decisão unilateral do CONTRATANTE ou por acordo entre as partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PAGAMENTO:**

O pagamento da obra será feito mediante fatura, levando-se em conta as quantidades reais dos serviços executados e aprovados pela fiscalização, para faturamento, apurados em medição aplicando-se às mesmas os preços unitários consignados para os diferentes itens da Planilha Orçamentária apresentada na proposta da CONTRATADA.

**Parágrafo Primeiro** – O prazo de pagamento das faturas de serviços será de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, observando os dispostos no edital.

**Parágrafo Segundo** – No caso da fiscalização encontrar erros na medição feita pela CONTRATADA, esta lhe será devolvida, sendo acrescidos no prazo de 30 (trinta) dias



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CE/RJ

PROCESSO Nº

212.698-6/14

UBRICA: 02/1795 FLS.12

para pagamento, os dias contados entre a data da devolução e a data da reapresentação da medição, mediante recibo.

**Parágrafo Terceiro** – No caso de haver erros nas faturas, estas serão devolvidas a CONTRATADA para reapresentação, sendo acrescido, no prazo de 30 (trinta) dias para pagamento, os dias contados entre a data da devolução e a data da reapresentação da fatura, mediante recibo.

**Parágrafo Quarto** – Apresentadas as notas fiscais/faturas a CONTRATANTE efetuará o pagamento, no prazo de 30 dias após a apresentação, sendo certo que se o pagamento vier a ser efetuado em prazo superior, o valor devido será acrescido a título de penalização, juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, também "Pro-rata", de acordo com o que preceitua o artigo 40, inciso XIV, alínea "d" da Lei 8.666/93, contados a partir do dia seguinte ao seu vencimento e até o dia de seu efetivo pagamento.

**Parágrafo Quinto** – O pagamento das faturas será efetuado através da apresentação do pedido de pagamento acompanhado das notas da fatura/empenho e Certidão Negativa de Débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, atualizada.

**Parágrafo Sexto** – O pagamento por eventuais serviços não previstos, desde que a sua execução tenha sido autorizada pelo CONTRATANTE será feito por faturamento, tendo por base os preços unitários da Planilha Orçamentária apresentada pela CONTRATADA, nas quantidades apuradas em medição.

**Parágrafo Sétimo** – O pagamento dos serviços executados antes das datas previstas no cronograma, dependerá das disponibilidades de caixa do CONTRATANTE. Neste caso, para efeito do que prescreve o parágrafo anterior, somente será considerado o valor dos serviços consignados no cronograma.

**Parágrafo Oitavo** – O pagamento da fatura final correspondente a um valor não inferior a 10% (dez por cento) do valor do Contrato atualizado, somente será realizado após a publicação do despacho de recebimento provisório das obras e uma vez verificado o estado e absoluta limpeza dos canteiros de serviços.

**Parágrafo Nono** – O pagamento das faturas apresentadas se processará mensalmente após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e comprovação de que o atendimento do respectivo objeto da licitação foi feito conforme as especificações e condições previstas e estabelecidas no presente instrumento, seus anexos, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo, bem como, apresentar a Certidão de Débitos Relativos à contribuições previdenciárias e às de terceiros, atualizada.

**Parágrafo Décimo** – Os pagamentos das obrigações, não sendo efetuados a CONTRATANTE dentro do prazo estabelecido, serão acrescidos à razão 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.

128  
[Handwritten signatures and initials]



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

TCE/RJ

PROCESSO Nº

212.698-6/14

RUBRICA: 02/1795 FLS.13

**Parágrafo Décimo Primeiro** – A título de multa por atraso no pagamento, a Administração será penalizada mediante pagamento de 1% (um por cento) do valor do documento de cobrança em atraso, cumulativamente às demais sanções previstas.

**Parágrafo Décimo Segundo** – Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra o Município de Queimados, CNPJ nº 39.485.412/0001-02, e endereços à Secretaria de Habitação e Obras, situada à Rua Félix, 1581 – Centro – Queimados/RJ, CEP 26393-260.

**Parágrafo Décimo Terceiro** – A contratada deverá apresentar memória detalhada para acompanhar a memória cálculo das medições realizadas, com indicação dos locais precisos da execução dos serviços e das medições de cada parte ou trecho do item medido.

**Parágrafo Décimo Quarto** – O item de Administração Local constante na Planilha Orçamentária será proporcional ao percentual mensal de serviços executados e, em caso da necessidade de acréscimo do mesmo, decorrente de acréscimo do preço contratado, deverá ser praticado para o preço do aditamento de Administração Local o mesmo percentual de acréscimo do valor total do aditamento em relação ao preço total inicialmente contratado.

**Parágrafo Décimo Quinto** – A fiscalização da SEHOB fará medições a cada 30 dias, de acordo com os serviços executados pela contratada.

**Parágrafo Décimo Sexto** – Competirá à fiscalização, verificar o exato cumprimento das obrigações no tocante à quantidade e prazo contratual do trabalho executado para fins de apresentação do faturamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- PENALIDADES:**

O CONTRATANTE poderá aplicar a CONTRATADA no caso de inexecução total do presente contrato as penas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, independentemente da responsabilidade civil ou criminal que couber.

**Parágrafo Primeiro** – Pelo eventual atraso injustificado ou negligência na execução do contrato, em relação ao Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela CONTRATADA, a mesma estará sujeita à multa diária de 1% (um por cento) do valor do faturamento do mês correspondente à infração, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato.

**Parágrafo Segundo** – Caso os atrasos não sejam recuperados em até 10 (dez) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato sem prejuízo das demais sanções previstas em Lei.

**Parágrafo Terceiro** – Em notificação escrita e sem prejuízo da faculdade de rescindir o contrato, poderá o CONTRATANTE, aplicar à CONTRATADA, multa compensatória de

18



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CE/RJ

PROCESSO N°

212.698-6/14

UBRICA: 02/1795 FLS.14

100% (cem por cento), sobre o valor da condenação, em razão do inadimplemento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias.

**Parágrafo Quarto** – Inobstante da utilização de outros meios, o CONTRATANTE poderá cobrar as multas mediante desconto na fatura relativa ao mês em que a infração ocorrer, ou a qualquer tempo, a seu critério.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato para as obras e 50% (cinquenta por cento) para reforma, nos termos do disposto no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA fica obrigada a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações nele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação constantes do edital.

**Parágrafo Segundo** – Dispor, à época do atendimento ao objeto, de todas as máquinas, instrumentos, equipamentos materiais e mão de obra necessários e imprescindíveis à sua execução, não podendo invocar a sua falta como justificativa para atraso ou imperfeição.

**Parágrafo Terceiro** – Arcar com todos os ônus e despesas decorrentes de consumo, conservação, reparos, avarias e perdas, inclusive custos de reposição e manutenção de peças, máquinas, equipamentos e materiais necessários à execução do objeto.

**Parágrafo Quarto** – Fornecer mão de obra capacitada e habilitada, em número suficiente para suprir as necessidades de atendimento ao objeto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

**Parágrafo Quinto** – Arcar com as despesas de seu pessoal, respondendo, ainda, pelos encargos sociais, trabalhistas, securitários e previdenciários.

**Parágrafo Sexto** – Não subcontratar, no todo ou em parte, ou sob qualquer forma, transferir ou ceder a terceiros a execução do objeto, sem cumprimento prévio e expresso do CONTRATANTE, não implicando tal consentimento, se ocorrer, em qualquer vínculo entre esta Administração e eventuais subcontratadas, permanecendo a adjudicatária com a total responsabilidade pela subcontratação, inclusive por danos causados a terceiros.

**Parágrafo Sétimo** – Refazer, exclusivamente às suas custas, os serviços executados em desacordo com os termos estabelecidos neste instrumento, sem que tal fato possa ser invocado para justificar alteração nos custos inicialmente propostos, assumidos e pactuados.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

TCE/RJ

PROCESSO Nº

212.698-6/14

RUBRICA: 02/1795 FLS. 15

**Parágrafo Oitavo** – Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, durante o atendimento do objeto.

**Parágrafo Nono** – Comprometer-se com a manutenção da equipe técnica apresentada para a participação nesta licitação, durante toda a vigência do respectivo contrato, apenas permitindo-se a substituição de membros com a prévia anuência da Administração que avaliará se o novo integrante detém qualificação compatível e adequada à prestação de serviço.

**Parágrafo Décimo** – Observar, na execução dos serviços e obras, as normas da ABNT, as especificações técnicas dos serviços, bem como as disposições do Diário de Obras.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – Após a conclusão da obra, a CONTRATADA deverá retirar dos locais as máquinas, equipamentos, instalações e todos os seus funcionários, bem como encarregar-se na limpeza das áreas adjacentes às mesmas

**Parágrafo Décimo Segundo** – Providenciar, quando for o caso, junto às concessionárias de serviços públicos do Estado, o licenciamento, aprovação de projetos, execução de ligações provisórias ou definitivas e outras quaisquer medidas que se tornarem indispensáveis à execução dos serviços e a sua entrega em definitivo, inclusive com o pagamento de taxas que porventura se fizerem necessárias a estas licenças.

**Parágrafo Décimo Terceiro** – Responder por danos ou prejuízos que, a qualquer título, sejam causados a terceiros pela execução dos serviços.

**Parágrafo Décimo Quarto** – Facilitar a Ampla ação e inspeção da fiscalização em qualquer lugar da obra e canteiros. A SEHOB poderá exigir a substituição ou afastamento de qualquer dos empregados da contratada, quando considerar necessário, para o bom andamento dos serviços ou bom relacionamento entre contratada e SEHOB.

**Parágrafo Décimo Quinto** – Manter, permanentemente na obra, durante todo o período de execução da mesma, engenheiro, arquiteto ou técnico capacitado, aprovado pelo SEHOB, que a representará junto a fiscalização e cuja substituição somente poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, também aprovado pela SEHOB.

**Parágrafo Décimo Sexto** – A empresa contratada deverá observar os dispositivos estabelecidos na Resolução nº 307 de 05 de julho de 2002 do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, para fins de gestão de resíduos dos serviços de construção civil.

**Parágrafo Décimo Sétimo** – A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, delitos, ou incorreções resultantes da execução ou de má qualidade dos materiais empregados, na forma da lei.

178



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CE/RJ

PROCESSO Nº

212.698-6/14

FUBRICA: 02/1795 FLS.16

**Parágrafo Décimo Oitavo** – Obriga-se a CONTRATADA a apresentar os desenhos do cadastro da obra em original no formato e apresentação aprovados pela fiscalização sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

**Parágrafo Décimo Nono** – Obriga-se ainda a CONTRATADA a apresentar mensalmente relatório de acompanhamento, trecho a trecho, com todos os ensaios e ocorrências pertinentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA:**

A Contratada oferecerá, em garantia do cumprimento das obrigações ora contratadas, caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, fiança bancária ou seguro-garantia, no valor de 1,5% (um e meio por cento) do valor do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RESCISÃO:**

O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA qualquer hipótese prevista neste instrumento, nos casos indicados nos artigos 77 e 78 incisos I à XI da Lei nº 8.666/93. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA, conforme previsto nos artigos 77 e 78 incisos XII à XVII do mesmo diploma legal, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a devolução da garantia, pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e pagamento do custo da desmobilização.

**Parágrafo Primeiro** – Ocorrendo a rescisão do contrato pelo não cumprimento por parte da CONTRATADA de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, poderá o CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções legais:

- a) assumir, por ato próprio, imediatamente o objeto do contrato no estado e local em que se encontrar;
- b) ocupar e utilizar o local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade, de acordo com o previsto no inciso V do art. 58 da Lei nº 8.666/93;
- c) execução da garantia contratual e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- d) retenção dos créditos da CONTRATADA decorrentes deste contrato até o limite dos prejuízos por esta causados.

**Parágrafo Segundo** – A aplicação das medidas previstas nas letras "a" e "b" do parágrafo anterior fica a critério do CONTRATANTE, que poderá dar continuidade a obra por execução direta ou indireta.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

QUEIMADOS

**PREFEITURA**  
PROCURADORIA

**Parágrafo Terceiro** – O atraso injustificado no início da obra, além de acarretar a rescisão do contrato, faculta ao CONTRATANTE assumir imediatamente o objeto do contrato no estado local em que se encontrar.

**Parágrafo Quarto** – A declaração de rescisão deste contrato, em todos os casos em que ela é admissível, será feita independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial e terá seus efeitos a partir de sua publicação.

**Parágrafo Quinto** – Em caso de rescisão administrativa, a CONTRATADA ficará obrigada a se retirar do local dos serviços dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias.

**Parágrafo Sexto** – Caso o CONTRATANTE tenha que ingressar em juízo para fazer valer este instrumento, bastará alegar os fatos constitutivos de seu direito, competindo à CONTRATADA o ônus de provar o contrário. Se o CONTRATANTE for réu ou litisconsorte passivo, bastará a sua alegação dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito da CONTRATADA e a esta restará o ônus da prova contrária.

**Parágrafo Sétimo** - O CONTRATANTE poderá resilir o presente contrato antes do seu término, não gerando este ato, direito de indenização à CONTRATADA, em razão do cumprimento das diretrizes da Lei Complementar nº 101/00.

TCE/RJ

PROCESSO Nº

212.698-6/14

RUBRICA: 02/1795 FLS.17

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO:**

O CONTRATANTE fará publicar obrigatoriamente o resumo deste contrato no órgão de imprensa que realiza suas publicações oficiais na forma do disposto no Parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – REMESSA AO T.C.E.:**

Obrigar-se-á o CONTRATANTE a providenciar a remessa de cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – T.C.E., no prazo de legal, após sua regular publicação.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO:**

Para qualquer procedimento judicial fica eleito o foro da Comarca de Queimados, Estado do Rio de Janeiro, renunciando a CONTRATADA por si e por seus sucessores a qualquer outro que tenha, ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

78

*[Handwritten signature]*



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

QUEIMADOS  
**PREFEITURA**  
PROCURADORIA

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato, por si e seus sucessores em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas, para que o mesmo gere os seus devidos e legais efeitos.

Queimados, 26 de fevereiro de 2010.


CONTRATANTE:

  
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

GESTORA DO CONTRATO  
MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

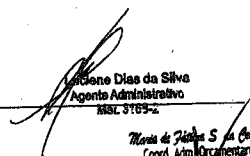
CONTRATADA:

  
RAUL BAGGATTINI  
RGI EMPREENDIMENTOS LTDA

  
IRAGUARA DA SILVA PEREIRA FILHO  
RGI EMPREENDIMENTOS LTDA

  
ALMICAR FERREIRA BAGATTINI  
RGI EMPREENDIMENTOS LTDA

TESTEMUNHAS:

  
Luciano Dias da Silva  
Agente Administrativo  
MSE 31652

Marcia de Jesus S. da Costa  
Coord. Adm. Orçamentaria  
MSE 31717

Contrato - Obras Construção Paço Municipal - R.G.I. Empreendimentos - Proc. 03.1.

CE/RJ  
PROCESSO Nº  
212.698-6/14  
UBRICA: 02/1792 FLS. 18  
02.09.doc

# Doc. 01

- Fundamentação legal e justificativa.



00951/2014/04  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS  
GABINETE DO SECRETÁRIO

02

Queimados, 04 de fevereiro de 2014.

**OFÍCIO Nº 0104/SEMOB/2014**

Assunto: Prorrogação de Prazo Obra  
Referência: Processo Administrativo nº 03/1929/2009 – Construção do Paço Municipal  
Anexo: Cronograma físico-financeiro.

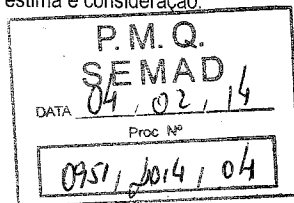
Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Sirvo-me do presente para solicitar a V. Exa. autorização para conceder a prorrogação do prazo de conclusão das obras de Construção do Paço Municipal, por mais 120 (cento e vinte) dias, a contar de 03/03/2014, conforme solicitação do fiscal responsável através do Memorando nº 028/2014.

Sem mais para o momento, reitero protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

  
Elerson Leandro Alves  
Secretário Municipal de Obras  
Matrícula nº 8436/03



Ao Exmo. Senhor  
**MAX RODRIGUES LEMOS**  
M.D. Prefeito de Queimados

TCE/RJ PROCESSO Nº  
**212.698-6/14**  
RUBRICA: 02/1795 FLS. 19

**MEMORANDO Nº 28/2014**

00951/2014/04  
03

Queimados, 04 de fevereiro de 2014.

De: ENG. LEANDRO NUNES SIQUEIRA

Ao: ILM<sup>º</sup>, Sr. ELERSON LEANDRO ALVES  
MD. SECRETARIO MUNICIPAL DE OBRAS

**ASSUNTO:** Prorrogação de prazo do contrato junto a PMQ.  
PROC. 03.1929/2009 - CONSTRUÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL.

**Ref.:**

1. Convênio PADEM 019/2009
2. Prazo em vigor até 02 de março de 2014.

**Anexo:**

1. Cronograma físico-financeiro.

Caro Secretário.

Tendo em vista a elaboração de definições e detalhamentos dos projetos de acabamentos, bem como o alto índice pluviométrico ocorrido nos últimos meses, houve uma considerável redução no ritmo das obras.

Tendo em vista, também, a adaptação dos projetos executivos às necessidades operacionais das diversas secretarias do governo que irão dispor dos compartimentos, optou-se pela cuidadosa análise dos espaços para que se minimizem as dificuldades a serem encontradas por cada pasta em sua transição física para a nova sede.

Para tal, a FISCALIZAÇÃO julgou prudente a elaboração do layout em conjunto com representantes das diversas secretarias envolvidas com objetivo de otimização do espaço a ser utilizado. Essas reuniões perduraram por cerca de quatro meses até sua definição final. Para tal será necessária a prorrogação de prazo do referido contrato por mais 120 dias, tendo seu novo término previsto para 02/07/2014.

Aproveito a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e elevada consideração.

ENG. LEANDRO NUNES SIQUEIRA  
ASSESSOR TÉCNICO - MAT. 8929/0

CE/RJ PROCESSO Nº  
212-698-6/14  
UBRICA: 02/1795 ELS.20

# Doc. 02

- **Comprovação do exame prévio e aprovação da assessoria jurídica do órgão.**

Processo nº 0951.2014.04

Requerente: SEMOB

Assunto: Prorrogação de prazo.

Parecer nº. 024/2014 - 1ª SPG

Ao  
GAP

**EMENTA:** Prorrogação de prazo contratual sem ônus para a Administração. Alteração do projeto ou especificações, pela Administração. Hipóteses acolhidas pelo art. 57, § 1º, inciso I, parágrafo único do art. 8º c/c art. 26, todos da Lei nº 8.666/93. Pedido tempestivo. Inteligência do art. 10 da Deliberação 245/2007 - TCE/RJ.

Refere-se o presente processo de requerimento do Secretário Municipal de Obras, solicitando prorrogação de prazo contratual por mais 120 (cento e vinte) dias, para conclusão das obras de construção do Paço Municipal no Município de Queimados, fls. 02.

A SEMOB fundamentou o pedido com esclarecimentos de que a mesma se tornou necessária, "face a elaboração de definições e detalhamentos dos projetos de acabamentos", conforme Memorando nº 28/2014, fls. 03.

Às fls. 04/28 Cronograma Físico Financeiro, cópias: Memorando de Prorrogação de Obras nº 029/2011, Primeiro Termo Aditivo, Memorando de Prorrogação de Obras nº 287/2011, Segundo Termo Aditivo, Quarto Termo Aditivo, Memorando de Prorrogação de Obras nº 253/2012, Quinto Termo Aditivo, Memorando de Prorrogação de Obras nº 216/2013, Sexto Termo Aditivo e Sétimo Termo Aditivo.

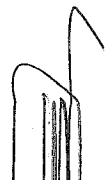
Às fls. 29 autorização e ciência do Exmo. Sr. Prefeito, com remessa dos autos a PGM.

TCE/RJ

PROCESSO Nº

212.698-6/14

RUBRICA: 02/1795 FLS.21



As fls. 31 remessa dos autos a CEC para juntar relatório de instrumentos contratuais.

As fls. 32 relatório de instrumentos contratuais.

As fls. 33 a 1ª Subprocuradora Geral remeteu os autos a SEMOB para cumprimento ao Ato nº 293/2013 de 08/01/2013.

As fls. 35/38 manifestação da Assessoria Jurídica da SEMOB.

É o breve relatório.

### FUNDAMENTAÇÃO DE MÉRITO

Quanto a análise da questão, por esta PGM, vale ressaltar que nos termos do que dispõem os artigos 132 da Constituição Federal, artigo 102 da Lei Orgânica do Município de Queimados, combinado com o artigo 3º, IX, da Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Município de Queimados, está sendo realizada sob o prisma estritamente jurídico, nos termos do artigo 4º, inciso X, "b", da Deliberação nº 245/07 - TCE/RJ, que é aquela prevista no artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, não adentrando, portanto, na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração Pública Municipal, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico administrativa.

Analisados os elementos dos autos verifica-se, ante as justificativas suscitadas, que é o pedido tempestivo, de acordo com art. 10 da Deliberação 245/2007 - TCE/RJ, e quanto a matéria de mérito o pedido encontra respaldo no ordenamento jurídico vigente, particularmente no art. 57, § 1º, inciso I da Lei nº 8.666/93, que abaixo se reproduz "in verbis":

"Art. 57 - A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:



§ 1º - Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra alguns dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - Alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

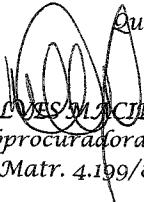
### CONCLUSÃO

Pelo exposto, com fulcro no art. 57, § 1º, inciso I da Lei nº 8.666/93, opino pelo DEFERIMENTO do pedido de prorrogação, sem ônus para a Administração, por alteração de projeto ou especificações - isto é "a elaboração de definições e detalhamentos dos projetos de acabamentos".

Para eficácia do ato de prorrogação, faz-se necessário a observância do art. 8º parágrafo único c/c art. 26 da Lei nº. 8.666/93.

É o que parecia observar, s.m.j.

Queimados, 27 de março de 2014.

  
DULCINEA ALVES MACIEIRA MACEDO  
1ª Subprocuradora Geral  
Matr. 4.199/8

TCE/RJ PROCESSO Nº  
212.698-8/14  
RUBRICA: 02/1795 FLS. 23

# Doc. 03

- Comprovação da publicação do extrato do contrato.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS  
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO



**D.O.Q.**

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010

Nº. 325 Terça - feira, 06 de Maio de 2014 - Ano 02 - Página 6

**Atos do Procurador Geral do Município**

EXTRATO DE OBRAS E SERVIÇOS – Abril 2014

INSTRUMENTO: 8º Termo Aditivo nº 48/14, celebrado em 01/04/2014, arquivado às fls. 327 a 329, no Livro nº 01/14, ao contrato nº 13/10, celebrado em 26/02/2010. Partes: Contratante: Município de Queimados. Contratada: RGI Empreendimentos Ltda. CP 02.09. Objeto: Prorrogação do prazo para conclusão das obras de construção do Paço Municipal de Queimados. Prazo: 120 dias. Processo administrativo nº 0951.2014.04.

INSTRUMENTO: Contrato nº 49/14, celebrado em 04/04/2014, arquivado às fls. 330 a 339, no Livro nº 01/14. Partes: Contratante: Município de Queimados. Contratada: Alporges Comércio e Serviços Ltda - ME. PP 48.13. Objeto: Locação de 15 veículos automotores, tipo passeio, bicomcombustível, excluídos fornecimento de combustível e motorista, para uso da SEMAD. Prazo: 12 meses. Valor: R\$ 686.399,40. Dotação orçamentária: 0301.04.122.036.1196. Fonte: 00 - ORDINÁRIOS. Elemento da despesa: 339039.00.00. Empenho nº 205/2014, no valor de R\$ 509.060,00. Processo administrativo nº 1904.2014.03.

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo nº 50/14, celebrado em 08/04/2014, arquivado às fls. 340 a 343, no Livro nº 01/14, ao contrato nº 036/13, celebrado em 19/04/2013. Partes: Contratante: Município de Queimados. Contratada: Associação de Saúde Social Humanizada - Chamamento Público nº 01/2013. Objeto: Prorrogação do prazo e serviços de gestão de saúde do CETHID. Prazo: 12 meses. Valor: R\$ 12.374.975,64. Dotação orçamentária: 1302.10.302.026.2312. Fonte: 42 SUS MAC. 52 SUS SESDEC MAC. Elemento da despesa: 335039.00.00. Empenho nº 114 E 115/2014, no valor de R\$ 6.309.386,35. Processo administrativo nº 13.0271.14.

INSTRUMENTO: Contrato nº 51/14, celebrado em 10/04/2014, arquivado às fls. 344 a 353, no Livro nº 01/14. Partes: Contratante: Município de Queimados. Contratada: Alporges Comércio e Serviços Ltda ME. PP 43/2013. Objeto: Locação de 05 (cinco) veículos automotores, tipo passeio, bicomcombustível, excluídos motorista e combustível, para atender ao FNAS. Prazo: 12 meses. Valor: R\$ 228.799,80. Dotação orçamentária: 0902.08.122.015.1542. Fonte: 14 SEAS. Elemento da despesa: 339039.00.00. Empenho nº 24/2014, no valor de R\$ 120.000,00. Processo administrativo nº 1960.2014.09.

INSTRUMENTO: Contrato nº 52/14, celebrado em 11/04/2014, arquivado às fls. 354 a 362, no Livro nº 01/14. Partes: Contratante: Município de Queimados. Contratada: JS Comércio e Equipamentos Eireli EPP. PP 51.13. Objeto: Aquisição de cestas básicas para atender a famílias e/ou indivíduos atendidos pelos projetos e programas da SEMAS. Prazo: 12 meses. Valor: R\$ 171.030,00. Dotação orçamentária: 0902.08.244.015.2190. Fonte: 17 FNAS. Elemento da despesa: 339032.00.00. Empenho nº 23/2014, no valor de R\$ 171.030,00. Processo administrativo nº 2225.2013.09.

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas e Reconhecimento de Dívida nº 53/14, celebrado em 16/04/2014, arquivado às fls. 366 a 368, no Livro nº 01/14. Partes: Contratante: Município de Queimados. Contratada: Marlene Fernandes dos Santos. Objeto: Quitação dos serviços referentes ao aluguel do imóvel situado na Av. Olímpia Silva, nº 46. Casa 01/02 - Centro - Queimados - RJ, destinado às dependências do CRAS Olímpia Silva, no período de 15/07/2013 a 18/11/2013, sem cobertura contratual. Valor: R\$ 14.991,80. Dotação orçamentária: 0301.04.122.001.2251. Fonte: 00 - RECURSO PRÓPRIO. Elemento da despesa: 339036.00.00. Empenho nº 206/2014, no valor de R\$ 14.991,80. Processo administrativo nº 10394.2013.03.

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas e Reconhecimento de Dívida nº 54/14, celebrado em 16/04/2014, arquivado às fls. 363 a 365, no Livro nº 01/14. Partes: Contratante: Município de Queimados. Contratada: Freire Informática Ltda. Objeto: Quitação dos serviços referentes ao sistema de informática nos diversos setores da administração pública municipal, conforme PP 17.09, no período de 19/09/2013 a 27/10/2013, sem cobertura contratual. Valor: R\$ 46.282,31. Dotação orçamentária: 0201.04.123.001.2093. Fonte: 00 RECURSO PRÓPRIO. Elemento da despesa: 339092.00.00. Empenho nº 233/2014, no valor de R\$ 46.282,31. Processo administrativo nº 10838.2013.03.

CARLOS EDUARDO AFONSO DE LIMA  
Procurador Geral  
Matr. 4340/0

*Felipe Silva dos Santos*  
Coordenador da Comissão de Publicações Oficiais - GPP  
Mat. 6633/81-PMQ

**CONFERE COM ORIGINAL**

CE/RJ

PROCESSO Nº

212.698-6/14

LUBRICA: 02/1795 FIS.24

# Doc. 04

- Documentos para análise da economicidade previstos no art. 5º.

Obra: Construção do Paço Municipal

# CRONOGRAMA FÍSICO / FINANCEIRO - PRORROGAÇÃO PRAZO - MEMORANDO 28/2014

INICIO: 08/03/2010 TÉRMINO (INCLUINDO PRORROGAÇÃO MEMORANDO Nº 220/2013: 02/07/2014 - TOTAL = 52 MESES

PRAZO EM VIGOR:  
02/03/2014

DESCRIÇÃO	Valor	Porcentual	PERÍODO ACRESCIDO - MEMORANDO 24/2013											
			serviços	mat3	mat4	mat5	mat6	mat7	mat8	mat9	mat10	mat11	mat12	mat13
CONSTRUÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL	2.105.568,68	21,06%	210.556,86	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
CANTEIRO DE OBRAS	79.673,78	1,078%	79.673,78	100,00%										
MONTANTE DE TERRA	216.580,19	2,916%	216.580,19	100,00%										
TRANSPORTES	603.566,08	8,164%	603.566,08	100,00%										
SERVIÇOS COMPLEMENTARES	281.615,93	3,809%	281.615,93	100,00%										
GALEIA URMEN E CONDOR	29.306,75	0,386%	29.306,75	100,00%										
BARRIS E PAREDELOS	2.722,30	0,037%	2.722,30	100,00%										
FUNDIÇÕES	305.121,46	4,127%	305.121,46	100,00%										
ESTRUTURAS	2.072.400,36	28,033%	2.072.400,36	100,00%										
ALVENARIAS E FUNDIÇÕES	228.522,74	3,081%	228.522,74	100,00%										
REVESTIMENTO DE PAREDES, TETO E PISOS	1.010.877,60	13,674%	1.010.877,60	100,00%										
ENQUADRAMENTO DE FERRO, MADEIRA E VÍDRIO	970.576,12	13,129%	970.576,12	100,00%										
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDRÁULICAS, SANTIARIAS E MECÂNICAS	335.543,14	4,539%	335.543,14	100,00%										
COBERTURAS E IMPERMEABILIZAÇÕES	236.086,63	3,183%	236.086,63	100,00%										
PORTAS	159.376,14	2,156%	159.376,14	100,00%										
APARELHOS SANTIARIAS E ELÉTRICOS	171.008,47	3,213%	171.008,47	100,00%										
DESENVOLVIMENTO DE OBRAS	419,35	0,006%	419,35	100,00%										
ITENS NOVOS	479.388,05	6,485%	479.388,05	100,00%										
SOM - TOTAL	7.392.722,38	100,00%	7.392.722,38	100,00%										
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	202.257,51	2,736%	202.257,51	100,00%										
BOI MORTO	382.672,08	5,189%	382.672,08	100,00%										
FECHAMENTO DE OBRAS	759.498,99	10,287%	759.498,99	100,00%										
TOTAL C/ BOI (Máximo de 10,96%)	8.354.488,68	99,36%	8.354.488,68	100,00%										

095112014/101

212.669-6/14

RUBRICA: 02/17/95 FLS:25

Eu, Sr. Nunes Siqueira, Engenheiro Civil, P.O. 100.000,00, datado de 02/17/95, em nome do Poderado do, Data: 24/02/2014, Ass.

Engenheiro Civil  
Nº 100.000,00

Última folha deste documento.

Recebido por  
A YCCM

Em 16/06/2014

Coordenadoria de Gestão Documental  
CGO - TCE-RJ

**Processo :** 212.698-6/2014**Origem :** PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**Setor :****Natureza :** TERMO ADITIVO OBRAS SERVIÇOS ENGENHARIA**Interessado :** RGI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA**Observação :** 8º TERMO ADITIVO DE 01/04/14 AO CONTRATO DE OBRAS  
Nº 13/10 (TCE/RJ 218.510-2/10) - PROC ADM Nº 7729.2013.04**PRORROGAÇÃO DE PRAZO****Senhor Coordenador-Geral,**

Trata o presente do 8º Termo Aditivo formalizado em 26 de fevereiro de 2010, ao Contrato nº 13/10, celebrado entre a Prefeitura de Queimados e a empresa RGI Comércio e Representações Ltda.

<b>Objeto</b>	Prorrogação do prazo.
<b>Fundamentação</b>	Art. 57, § 1º, inciso II, Parágrafo Único do art. 8º c/c Art. 26 Da Lei 8.666/93.
<b>Prazo</b>	120dias – 03.03.2014 a 30.06.2014
<b>Valor</b>	Não se aplica.
<b>Signatário</b>	Max Rodrigues Lemos – Prefeito Municipal de Queimados

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

1 - Relaciona-se a seguir os atos anteriores:

NATUREZA	OBJETO	PROCESSO TCE Nº	SITUAÇÃO
Contrato	Obras	218.510-2/10	CPG-A
Termo Aditivo 01	Ratificação da Obra	205.867-2/11	CPG-A
Termo Aditivo 02	Prorrogação do prazo	205.959-1/11	CPG-A
Termo Aditivo 03	Prorrogação do contrato	200.278-2/12	CPG-A
Termo Aditivo 04	Acréscimo de Serviços	231.235-3/12	CPG-A
Termo Aditivo 05	Prorrogação do prazo	242.519-6/12	CPG-A
Termo Aditivo 06	Prorrogação do prazo	229.081-6/13	COMUNICAÇÃO
Termo Aditivo 07	Rerratificação	201.764-2/14	SOBRESTAMENTO

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
1.1	Consta descrição clara do objeto?	x			03
1.2	Constam justificativas para a formalização do aditamento que abordem motivos previstos no Art. 57 ou no Art. 65, incisos I ou II, da Lei nº 8.666/93?	x			03/04
1.3	Em caso de prorrogação, a duração do contrato observa os limites previstos nos incisos II, IV ou V, ou no § 4º, todos do Art. 57 da Lei 8.666/93?	x			03/04
1.4	O objeto do termo aditivo firmado é compatível com o objeto originalmente contratado?	x			03
1.5	O termo aditivo foi celebrado tempestivamente, dentro da vigência do contrato?	x			03/05
1.6	Foi indicado o empenhamento da despesa?			X	
1.7	Consta a comprovação do exame e aprovação da minuta pela assessoria jurídica?	x			21/23
1.8	Consta a publicação do extrato do termo aditivo na imprensa oficial como condição para sua eficácia?	x			24
1.9	Houve lançamento no SIGFIS?		X		
<b>Aspectos de Economicidade</b>					
1.10	Em caso de alteração quantitativa do objeto, o acréscimo ou supressão é de até 25% do valor inicial atualizado ou no caso de reforma de edifício ou de equipamento de 50% para os acréscimos?			X	
1.11	Em caso de compras, os acréscimos não se tratam de itens novos?			X	
1.12	Em caso de alteração quantitativa do objeto, consta documento indicando que a estimativa do quantitativo, em função do consumo e utilização prováveis, demonstra a necessidade da Administração?			X	
1.13	A modificação de itens (a excluir, a acrescer) foi demonstrada em orçamento detalhado de quantitativos e preços unitários?			X	
1.14	Em caso de prorrogação de contrato de prestação de serviço de natureza contínua, com ou sem reajuste, há elementos nos autos que indiquem que a Administração buscou a vantajosidade por meio da celebração do aditamento?			X	
1.15	Em caso de reajustamento de preços, os documentos encaminhados indicam que foram observados os critérios, data-base e periodicidade e os critérios de atualização monetária previstos no contrato?			X	

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
1.16	Em caso de reequilíbrio econômico-financeiro, a alteração dos preços unitários contratados foi devidamente motivada nos autos?			X	
1.17	Em caso de reequilíbrio econômico-financeiro, os documentos encaminhados indicam que a alteração de preços unitários contratados observou os fatores motivados nos autos?			X	
1.18	Em caso de inclusão de itens novos, do exame dos documentos encaminhados para a verificação dos preços unitários, por amostragem, comparando com as fontes disponíveis na Rede TCE-RJ, verifica-se ausência de inconformidades?			X	

NA – Não aplicável

**2 – DO RESULTADO DA ANÁLISE**

Em face das verificações realizadas na documentação que integra aos autos, serão apresentados os seguintes comentários:

	Nº Questão Normativa	Descrição
2.1	1.19	Não Houve lançamento no SIGFIS.

**3 – DA PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO**

**SOBRESTAMENTO** do julgamento do presente até a decisão final do processo TCE/RJ n.º 201.764-2/14 e sua **APENSAÇÃO** ao mesmo.

À consideração de V.Sa.

**4 CCM, 16/07/2014**

*AF*  
**ALEXANDRE FIGUEIREDO**  
Analista - Área de Controle Externo  
Matrícula 02/003390





---

**Senhor Subsecretário Adjunto da SUM**

**De acordo com a informação anterior.**

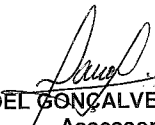
**4 CCM, 16/07/2014**

**AMELIA NORMA C. DA LUZ**  
Coordenador-Geral  
Matrícula 02/003395

**Processo :** 212.698-6/2014**Origem :** PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**Sector :****Natureza :** TERMO ADITIVO OBRAS SERVIÇOS ENGENHARIA**Interessado :** RGI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA**Observação :** 8º TERMO ADITIVO DE 01/04/14 AO CONTRATO DE OBRAS Nº 13/10 (TCE/RJ 218.510-2/10) - PROC ADM Nº 7729.2013.04 PRORROGAÇÃO DE PRAZO**Senhor Subsecretário-Adjunto,**

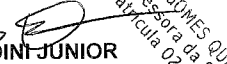
Em face do informado pela 4ª COORDENADORIA DE CONTROLE MUNICIPAL e do reexame efetuado por esta Assessoria, sugerimos o **SOBRESTAMENTO** do presente processo até a decisão final do TCE-RJ n.º 201.764-2/14, e **APENSAÇÃO** ao mesmo.

SUM, 22/07/2014.

  
**MANOEL GONÇALVES DA SILVA**  
Assessor  
Matrícula 02/003438**DE ACORDO.**

À consideração do Colendo Tribunal em sessão, ouvido, previamente, o Douto Ministério Público Especial junto ao TCE-RJ.

SUM, 22/07/2014.

  
**LUIZ CARLOS GUIDINI JUNIOR**  
Subsecretário-Adjunto  
Matrícula 02/003489  
**SIMONE GOMES QUINTÃO**  
Assessora da SUM  
Matrícula 02/2902



**Processo :** 212.698-6/2014  
**Origem :** PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS  
**Setor :**  
**Natureza :** TERMO ADITIVO OBRAS SERVIÇOS ENGENHARIA  
**Interessado :** RGI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA  
**Observação :** 8º TERMO ADITIVO DE 01/04/14 AO CONTRATO DE OBRAS Nº 13/10 (TCE/RJ 218.510-2/10) - PROC ADM Nº 7729.2013.04 PRORROGAÇÃO DE PRAZO

EGRÉGIO PLENÁRIO,

Adoto como relatório a exposição prévia do *iter* processual elaborada pelo Corpo Instrutivo, constante da manifestação que precede o presente parecer.

Passo a opinar.

Considerando os documentos e pronunciamentos constantes dos autos, acompanho a manifestação do Corpo Instrutivo, opinando pela adoção das medidas ali preconizadas.

Rio de Janeiro, 20 de Agosto de 2014.

**VITTORIO CONSTANTINO PROVENZA**  
Procurador do Ministério Público Especial  
Matrícula 02/004023

GABINETE DO PRESIDENTE

Recebido em 20/08/14 às

10h 58m

CERTIFICO que o presente processo  
foi encaminhado para análise do Exmo.  
Sr. CONDESSA LUIZ ANTÔNIO AMBERTSON  
RABELO, para relatar em escrito.

Em 02.09.14

Paulo Osório de Carvalho  
Matr.: 02/11126

Prazo para relatar em: 30 DIAS

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JULIO L. RABELLO

VOTO GC-6 03.254/14

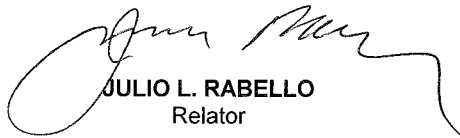
PROCESSO: TCE-RJ Nº 212.698-6/14  
ORIGEM : PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS  
ASSUNTO : TERMO ADITIVO Nº 08 AO CONTRATO Nº 13/2010  
INTERESSADO: RGI COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.  
OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO INICIAL

Por estar de acordo com o Corpo Instrutivo e o Ministério Público, representado pelo Procurador VITTORIO PROVENZA,

**VOTO:**

Pelo **SOBRESTAMENTO** do julgamento do presente Termo e a posterior **APENSAÇÃO** ao processo **TCE nº 201.764-2/14**, para que tramitem em conjunto, objetivando futura decisão.

GC-6

  
JULIO L. RABELLO  
Relator



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria-Geral das Sessões**

TCE-RJ

Processo n.º 212698-6/2014

Rubrica

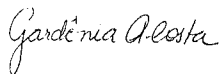
01

fls.

31

Certifico que o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em sessão plenária realizada nesta data, decidiu por SOBRESTAMENTO com APENSAÇÃO, nos termos do voto do Conselheiro-Relator Julio Lambertson Rabello.

Secretaria-Geral das Sessões, 14 de outubro de 2014.



**GARDÊNIA DE ANDRADE COSTA**

**Secretária-Geral das Sessões**  
**Matr. 02/3626**

**Processo : 212.698-6/2014****Origem : PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS****Setor :****Natureza : TERMO ADITIVO OBRAS SERVIÇOS ENGENHARIA****Interessado : RGI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA****Observação : 8º TERMO ADITIVO DE 01/04/14 AO CONTRATO DE OBRAS Nº 13/10 (TCE/RJ 218.510-2/10) - PROC ADM Nº 7729.2013.04 PRORROGAÇÃO DE PRAZO****Senhora Coordenadora-Geral,**

Trata o presente processo sobre o Oitavo Termo Aditivo, formalizado em 26/02/10, ao Contrato nº 13/10, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Queimados e a empresa RGI Comércio e Representações Ltda., objetivando a prorrogação do prazo por mais 120 (cento e vinte) dias.

**1 – DA ÚLTIMA DECISÃO PLENÁRIA**

Em sessão de 14/10/2014, o Plenário, nos termos do Voto proferido pelo Exmo. Sr. Conselheiro Júlio L. Rabello, assim se manifestou (vide fls. 30):


**“VOTO:**

Pelo **SOBRESTAMENTO** do julgamento do presente Termo e a posterior **APENSAÇÃO** ao processo TCE nº 201.764-2/14, para que tramitem em conjunto, objetivando futura decisão.”


Ressaltamos que o processo acima mencionado, tramitando em conjunto, já obteve decisão definitiva em sessão de 21/10/2014.

**2 – DA PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO**

Diante da análise procedida, sugere-se o **CONHECIMENTO** do presente instrumento, nos termos do inciso XXV, artigo 4º do Regimento Interno desta Corte, considerando que não foram detectadas irregularidades em sua formalização, sendo certo que outros aspectos, inclusive quanto à legalidade, à economicidade e à execução, poderão ser abordados em auditorias ou outras ações inerentes à fiscalização que compete a este Tribunal, e o posterior **ARQUIVAMENTO** do processo.

**1ª CCM, 10/11/2014.**

**CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA**  
Analista - Área de Controle Externo  
Matrícula 02/001725




**ELIPE MONTENEGRO MOURA**  
Assistente  
Matr. 02/2868

10/11/2014 06:41:29 AM

**Senhor Subsecretário Adjunto da SUM,**

Em face da análise procedida por esta CCM e concordando com a sugestão constante da conclusão, encaminho-lhe o presente processo, em prosseguimento.


**1ª CCM, 10/11/2014.**

  
**AMELIA NORMA C DA LUZ**  
Coordenador-Geral  
Matrícula 02/003395

**VISTO E DE ACORDO.**

À consideração do Colendo Tribunal, ouvido previamente o Douto Ministério Público Especial junto ao TCE-RJ.

**SUM, 10/11/2014.**

  
**LUIZ CARLOS GUIDINI JUNIOR**  
Subsecretário-adjunto  
Matrícula 02/003489





**Processo :** 212.698-6/2014

**Origem :** PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

**Setor :**

**Natureza :** TERMO ADITIVO OBRAS SERVIÇOS ENGENHARIA

**Interessado :** RGI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA

**Observação :** 8º TERMO ADITIVO DE 01/04/14 AO CONTRATO DE OBRAS Nº 13/10 (TCE/RJ 218.510-2/10) - PROC ADM Nº 7729.2013.04 PRORROGAÇÃO DE PRAZO

EGRÉGIO PLENÁRIO,

Adoto como relatório a exposição prévia do *iter* processual elaborada pelo Corpo Instrutivo, constante da manifestação que precede o presente parecer.

Passo a opinar.

Considerando os documentos e pronunciamentos constantes dos autos, acompanho a manifestação do Corpo Instrutivo, opinando pela adoção das medidas ali preconizadas.

Rio de Janeiro, 15 de Dezembro de 2014.

**VITTORIO CONSTANTINO PROVENZA**  
Procurador do Ministério Público Especial  
Matricula 02/004023

21 de 15  
02/584



**Processo :** 212.698-6/2014

**Origem :** PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

**Setor :**

**Natureza :** TERMO ADITIVO OBRAS SERVIÇOS ENGENHARIA

**Interessado :** RGI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA

**Observação :** 8º TERMO ADITIVO DE 01/04/14 AO CONTRATO DE OBRAS  
Nº 13/10 (TCE/RJ 218.510-2/10) - PROC ADM Nº 7729.2013.04  
PRORROGAÇÃO DE PRAZO

**Senhora Coordenadora-Geral,**

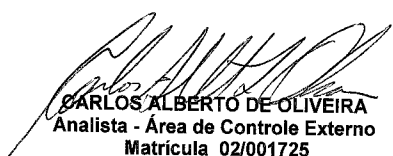
Trata o presente processo sobre o Oitavo Termo Aditivo, formalizado em 26/02/10, ao Contrato nº 13/10, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Queimados e a empresa RGI Comércio e Representações Ltda., objetivando a prorrogação do prazo por mais 120 (cento e vinte) dias.

Retorna o presente a esta Coordenadoria conjuntamente com o processo TCE-RJ nº 201.764-2/14, tramitando em conjunto.

**Conclusão:**

Em face do exposto, ratificamos a instrução de fls. 32 e sugerimos o **CONHECIMENTO** do presente instrumento, nos termos do inciso XXV, artigo 4º do Regimento Interno desta Corte, considerando que não foram detectadas irregularidades em sua formalização, sendo certo que outros aspectos, inclusive quanto à legalidade, à economicidade e à execução, poderão ser abordados em auditorias ou outras ações inerentes à fiscalização que compete a este Tribunal, e o posterior **ARQUIVAMENTO** do processo.

**1ª CCM, 09/02/2015.**

  
**CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA**  
Analista - Área de Controle Externo  
Matrícula 02/001725

**REVISADO**

O presente processo encontra-se em condição de prosseguimento.

**1ª CCM, 09/02/2015.**


  
**ELIPE MONTENEGRO MOURA**  
Assistente  
Matr. 02/2868



**Senhor Subsecretário-Adjunto da SUM,**


Em face da análise procedida por esta Coordenadoria e concordando com a sugestão constante da conclusão, encaminho-lhe o presente processo, em prosseguimento.

**1ª CCM, 09/02/2015.**

  
**AMELIA NORMA C. DA LUZ**  
Coordenador-Geral  
Matrícula 02/003395

À consideração do Colendo Tribunal, ouvido previamente o Douto Ministério Público Especial junto ao TCE-RJ.

**SUM, 09/02/2015.**

  
**LUÍZ CARLOS GUIDINI JÚNIOR**  
Subsecretário-Adjunto  
Matrícula 02/003489

SIMPONE SUM-3 SUM-10  
Assessoria SUM-10  
Matrícula 02/2902



**Processo :** 212.698-6/2014  
**Origem :** PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS  
**Sector :**  
**Natureza :** TERMO ADITIVO OBRAS SERVIÇOS ENGENHARIA  
**Interessado :** RGI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA  
**Observação :** 8º TERMO ADITIVO DE 01/04/14 AO CONTRATO DE OBRAS Nº 13/10 (TCE/RJ 218.510-2/10) - PROC ADM Nº 7729.2013.04 PRORROGAÇÃO DE PRAZO

**Egrégio Tribunal,**

Considerando os elementos constantes dos autos, bem como o relatório instrutivo, o **MINISTÉRIO PÚBLICO** corrobora integralmente a sugestão de folhas retro.

Rio de Janeiro, 11 de Março de 2015

**HENRIQUE CUNHA DE LIMA**  
Procurador do Ministério Público Especial  
Matrícula 02/004028

GABINETE DO PROCURADOR

Recibo de em 16/03/15 às 14h38m

NÃO CADASTRADO

CERTIFICO que o presente processo foi  
distribuído, nesta data, ao Exmo. Sr. CONSELHEIRO  
JÚLIO LAMBERTSON RABELLO, para relatar  
em sessão.

GAP 17/03/2015

Matr. \_\_\_\_\_

Prazo para relatar: 30 dias

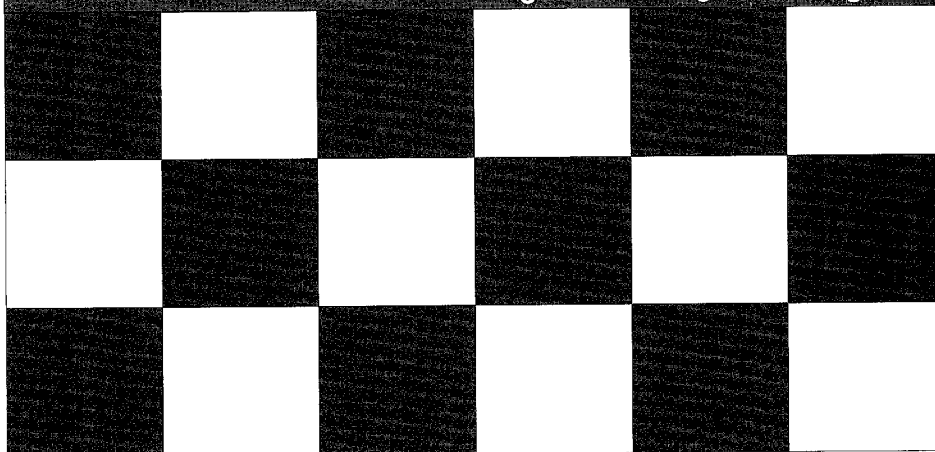
Prato de Conselho  
1126

Processo nº

Rubrica

Fls.

## Sinalética de Microfilmagem e Digitalização



### Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED

Este processo/documento TCE foi microfilmado e digitalizado  
até esta folha, conforme autuação, e identificado abaixo pelo  
GED com nº do filme e sequencial numérico.

Data 01 / 06 / 19

Empresa/Indexador (nome): \_\_\_\_\_

Matrícula ou identidade: \_\_\_\_\_

Assinatura ou rubrica: Vinicius